



Confederação Nacional da Indústria

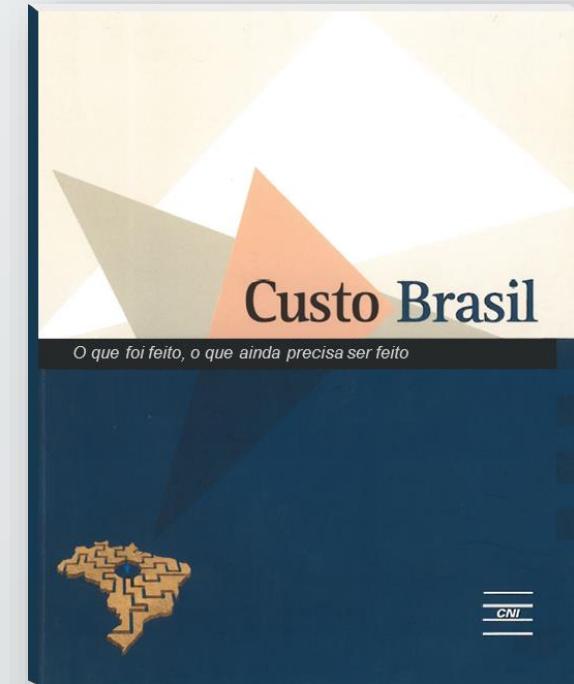
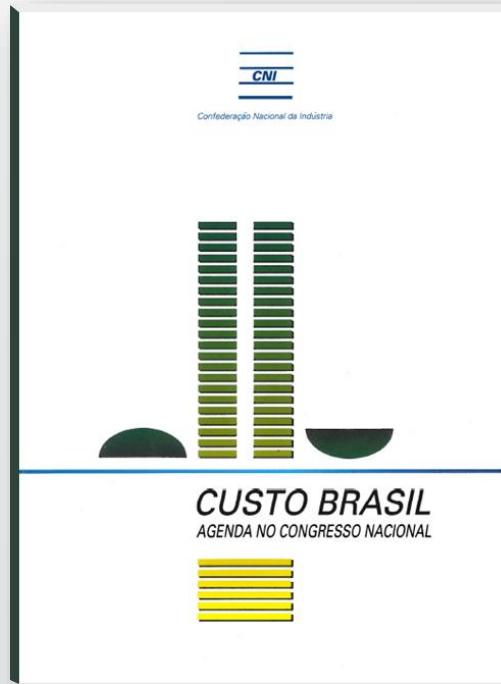
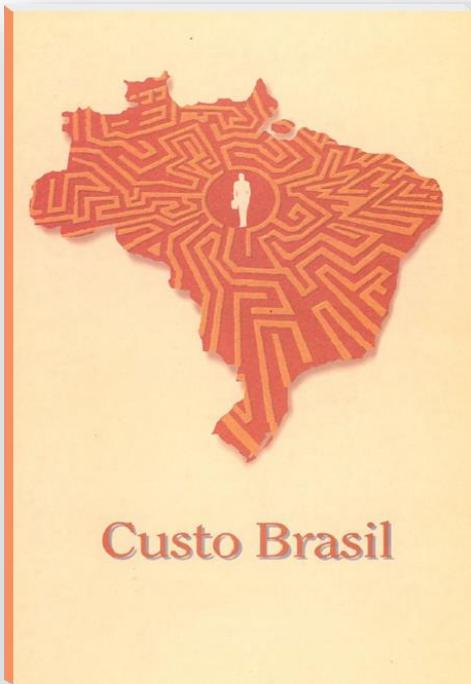
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

# CUSTO BRASIL

**José Augusto Coelho Fernandes**  
Diretor de Políticas e Estratégia | CNI  
Brasília, 27 de setembro de 2017

# CUSTO BRASIL

## 21 anos

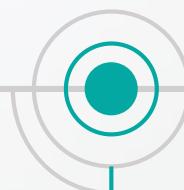


1996

1998

# CUSTO BRASIL

1996



- Sistema tributário
- Encargos e legislação trabalhista
- Infraestrutura
- Custo e disponibilidade financeira
- Educação e Saúde
- Custo da regulamentação excessiva

**1<sup>a</sup> geração**

2017



**1<sup>a</sup> geração**



**Segurança jurídica**

**2<sup>a</sup> geração**

# A AGENDA RECENTE da CNI





**29** propostas aprovadas



**34** propostas em andamento

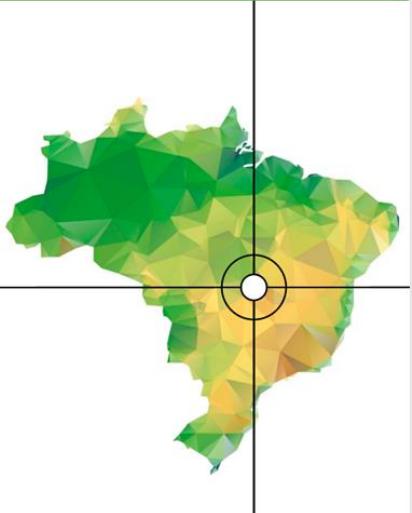


**56** propostas sem avanço



AGENDA PARA O  
**BRASIL**  
SAIR DA CRISE  
2016-2018

**36** PROPOSTAS



**7** propostas concluídas



**22** propostas em evolução



**7** propostas não evoluíram



# NATUREZA DAS PROPOSTAS

Redução  
de custos  
regulatórios

Segurança e  
melhoria do  
ambiente de  
negócios

Regras para  
investimentos



Uma **REFORMA TRIBUTÁRIA** ampla é necessária para avanços substantivos na redução da complexidade e disfuncionalidade do sistema tributário. Há ações, no entanto, que podem ser realizadas via **redução das obrigações acessórias, garantia dos direitos contribuinte** e em ações localizadas sobre a operação do sistema tributário.

# TRIBUTAÇÃO

## 01. Simplificar as **obrigações acessórias**

- **Bloco K:** manter a exigência dos registros K200 e K280, conforme definido pelo Ajuste SINIEF 25/16, para empresas com faturamento anual acima de R\$ 78 milhões e avaliar a viabilidade da exigência de novos registros em conjunto com o setor industrial (avançando)
  - Centralizar no **SPED** todas as obrigações contábeis e tributárias, de forma a eliminar a duplicidade entre os governos federal e estaduais – EFD IPI/ICMS (avançando)
- 

## 02. Permitir a **compensação de créditos** entre tributos federais (PL 8456/17)

## 03. Restringir o uso da **Substituição Tributária no ICMS**

# TRIBUTAÇÃO

04. Ampliar os prazos de recolhimento de IPI e PIS-Cofins para adequá-los ao calendário de recebimento das vendas por parte dos contribuintes

---

05. Assegurar os direitos e garantias do contribuinte (PLS-C 298/11)

---

06. Reduzir o custo tributário do investimento



A aprovação da lei de **modernização** de **RELAÇÕES DO TRABALHO** foi um passo importante. O principal desafio reside em garantir a sua **implementação eficaz**.

# RELAÇÕES DO TRABALHO

01. Implementar a **Reforma Trabalhista** de forma eficaz

---

02. Revisar os critérios que definem a base de cálculo para **contratação de aprendizes**

---

03. Fixar competência e critérios para os **atos de interdição e embargos**

---

04. Estabelecer a obrigatoriedade de dupla visita da **fiscalização do trabalho**

# RELAÇÕES DO TRABALHO

## 05. Continuar o aperfeiçoamento da NR 12, para que a norma contemple:

- Separação das **obrigações de fabricantes e de usuários**
- Incorporação no corpo da norma da **linha de corte temporal** (já presente em anexos negociados)
- **Revisão de pontos técnicos** específicos no corpo da norma
- Continuidade da **revisão de anexos** da NR 12



A **SEGURANÇA JURÍDICA** e a **REGULAÇÃO** são essenciais para a **atração do investimento privado**. Esses temas merecem uma agenda própria, não esgotada nestas propostas.

# SEGURANÇA JURÍDICA E REGULAÇÃO

01. Priorizar as iniciativas e melhorias no processo de **desempenho do Brasil** no ranking do **Doing Business**

---

02. Disciplinar os procedimentos para **desconsideração da personalidade jurídica** (PLC 69/2014)

---

03. Garantir o processo de modernização e melhoria dos processos das **juntas comerciais**

---

04. Regulamentar o acesso a dados (**Indústria 4.0**) (PLS 330/13)

---

05. Aprimorar a **Lei de Licitações** (PLS 559/13; na CD PL 6814/17)

# SEGURANÇA JURÍDICA E REGULAÇÃO

06. Aprovar uma lei geral para as **agências reguladoras** (PL 6621/2016)

---

07. Simplificar o **licenciamento ambiental** (PL 3729/04)

---

08. Regulamentar o reuso de **efluentes tratados como fonte alternativa de abastecimento de água** para o setor industrial

---

09. Ratificar o **Protocolo de Nagoya** (Mensagem 245/2012)



Os **MARCOS LEGAIS** mais relevantes para a atração do capital privado já foram aprovados. Ainda há alguns segmentos (ex. gás natural) com marcos pendentes. Nas áreas em que os marcos estão mais maduros o **desafio é a execução**.

# INFRAESTRUTURA

## 01. Gás Natural – **Iniciativa Gás para Crescer** (minuta do PL na Casa Civil)

- A minuta do PL propõe alterações no marco legal do Gás Natural nos seguintes segmentos da cadeia de gás natural do Brasil: **oferta, transporte, distribuição e comercialização**

---

## 02. Privatização das Docas



Uma política consistente de **REDUÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO** é essencial para reduzir o custo do capital, mas há várias ações que podem ser desenvolvidas via modernização, inovação dos instrumentos e **aumento da competição**.

# FINANCIAMENTO

## 01. Melhorar as condições de **capital de giro** às empresas

- Programa de Financiamento de Capital de Giro (recursos do **Progeren/BNDES** repassados por bancos e por meio FDICs)
  - Aprofundar ações para **reduzir spread bancário**
  - Aprimorar o sistema de **cobrança de crédito e execução de garantias**
  - Ampliar os mecanismos de **garantia e seguro de crédito**
- 

## 02. Estimular a ampliação do **financiamento privado** de longo prazo

- Estimular a expansão de novos instrumentos de **financiamento não-bancário**
- Estimular o desenvolvimento de **Fintechs**



Depende criticamente da melhoria do sistema tributário por conta do viés anti exportação do atual sistema. Deve-se priorizar **ACORDOS COMERCIAIS** e a implementação de medidas de **FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO**.

# COMÉRCIO EXTERIOR

01. Negociar novos ALCs (Acordos de Livre Comércio) e aprofundar e expandir os já existentes
02. Garantir a implantação do **Portal Único de Comércio Exterior** em 2017
03. Simplificar a legislação de **preços de transferência**
04. Simplificar e aprimorar a legislação de **tributação de lucros no exterior**
05. Negociar novos ADTs (Acordos de Dupla Tributação)

# COMÉRCIO EXTERIOR

06. Criar seguro de crédito para risco político de **investimentos brasileiros** no exterior

---

07. **Ampliar a aceitação**, nas operações de admissão temporária, de **ATA Carnets** emitidos sob amparo da Convenção ATA (1963)

---

08. **Regulamentar procedimentos** dos órgãos anuentes para operações de **ATA Carnet**

---

09. **Aperfeiçoar regime de “drawback”**, em especial a operacionalização de “drawback” contínuo

---

10. Excluir o custo da descarga nacional de mercadoria no **Imposto de Importação**

# COMÉRCIO EXTERIOR

11. Regulamentar o **SISPROM** para serviços relacionados a adequação a **barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias**

---

12. Implantar o **certificado sanitário internacional digital (e-phyto)** com os Estados Unidos

---

13. **Regulamentar o novo “waiver” para cargas Ro-Ro e “break bulk” para o Chile**, autorizado pela CAMEX

---

14. **Regulamentar a destruição de embalagens de madeira em desconformidade com a norma brasileira**

---

15. **Regulamentar** a prática de **omissão de embarque** e gerar estatísticas de omissões pelos armadores brasileiros e estrangeiros

# COMÉRCIO EXTERIOR

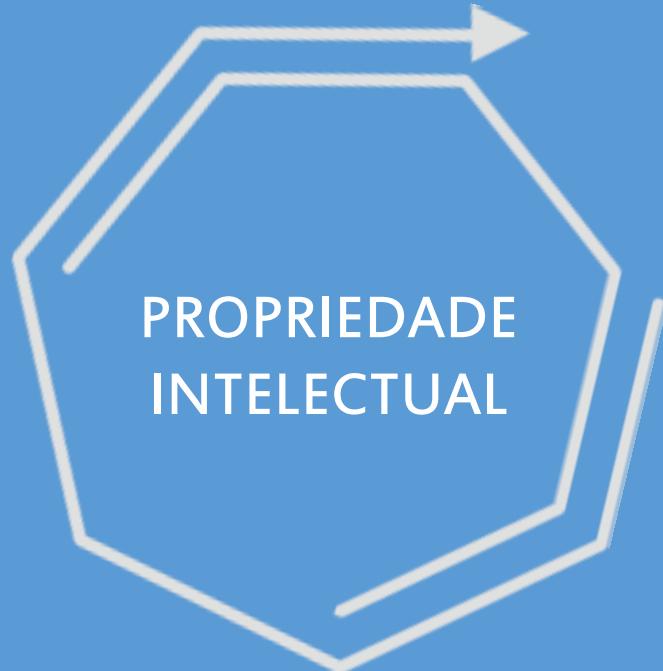
16. Integrar o SISCARGA com os sistemas dos armadores para evitar cobrança de tarifa de pesagem de contêiner

---

17. Consolidar as normas infralegais do comércio exterior

---

18. Revisar e modernizar o sistema de licenciamento de importações



A capacidade de o Brasil inovar exige um adequado sistema de **PROPRIEDADE INTELECTUAL**. A eliminação estrutural dos atrasos no exame de patentes depende da **reestruturação do INPI**.

# PROPRIEDADE INTELECTUAL

01. Reestruturar o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**

---

02. Aderir ao **protocolo de Madri**



*Confederação Nacional da Indústria*

**CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA**